

# Interesses comuns e particulares dos devedores

*Dívida Externa*

Os últimos acontecimentos relacionados à crise de endividamento dos países latino-americanos vêm-se sucedendo com extraordinária rapidez. No espaço de menos de três semanas, tivemos o rompimento formal da República Dominicana com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a moratória unilateral decretada pelo governo da Bolívia e, na última segunda-feira, o anúncio de que o Equador suspendeu, por dezoito meses, os pagamentos comerciais devidos a governos estrangeiros, no total de US\$ 247,5 milhões, entre amortizações e juros.

Para alguns, tais fatos mostrariam a inconveniência de países como o Brasil e o México — que vêm conseguindo, ainda que a duras penas, levar adiante o programa de ajustamento de suas economias acertado com o FMI — se associarem a outros países devedores do continente que se têm mostrado incapazes, em função de pressões internas, de chegar a um acordo com os credores.

Essa visão é partilhada pelos

governos conservadores de alguns dos principais países industrializados, como exemplificam as recentes declarações do ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Sir Geoffrey Howe, recomendando às instituições internacionais que favoreçam “apenas aqueles países que se dispuseram a ajustar as suas economias”.

O diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiére, trilha a mesma linha, tendo solicitado aos grandes bancos, em discurso feito nesta semana, que recompensem os esforços dos países que têm procurado jogar de acordo com as regras estabelecidas pela instituição que dirige, oferecendo-lhes maior acesso ao crédito e condições mais brandas de refinanciamento a prazos dilatados.

Chega a parecer que se procura introduzir um elemento divisionista quanto à postura que os devedores latino-americanos deverão assumir na reunião de chanceleres e ministros de Finanças dos países do continente a ser rea-

lizada ainda neste mês, em data e local a serem definidos. Os governos do Brasil e do México — os dois países que poderiam ser beneficiados por um tratamento preferencial de ora em diante — têm demonstrado, contudo, uma perfeita consciência dos objetivos do encontro e de qual deve ser a estratégia a seguir para encaminhar soluções para os problemas específicos de cada país.

“Só se pretende discutir o que é do interesse comum de todos os devedores”, como disse há pouco o chanceler Saraiva Guerreiro. Isto significa exatamente o que está contido na nota subscrita pelos presidentes do Brasil, da Argentina, do México e da Colômbia — a questão das altas taxas de juros no mercado internacional e o protecionismo dos países industrializados, que pode vir a constituir um sério empecilho para a normalização das contas externas dos países endividados.

Fora desses interesses comuns, as negociações devem prosseguir de conformidade com

as características do endividamento de cada país específico e de suas exigências em termos de política econômica interna. Como se pode facilmente verificar, por exemplo, a ação do governo da Bolívia foi bastante diversa da do Equador. O governo deste último país determinou uma providência limitada, procurando talvez fazer pressão para apressar um entendimento com o Clube de Paris, que reúne os governos dos países credores, não os grandes bancos internacionais. E, por sinal, ainda ontem o Peru anunciou ter chegado a um acordo de reescalonamento com o Clube de Paris no total de US\$ 1,046 bilhão, mais de quatro vezes o valor pretendido pelo Equador.

Não há, portanto, nenhum óbice para que os credores sejam mais generosos para com os países que, a seu ver, se venham comportando melhor. A reunião dos devedores não serve de pretexto para não fazê-lo, se realmente os países industrializados tiverem disposição para renegociar em termos mais favoráveis.